

EDUCAÇÃO ESPECIAL E
INCLUSÃO ESCOLAR NO
BRASIL: ANÁLISE
DOCUMENTAL DAS
POLÍTICAS EDUCACIONAIS

SPECIAL EDUCATION AND SCHOOL INCLUSION IN BRAZIL: A
DOCUMENTARY ANALYSIS OF EDUCATIONAL POLICIES

Ciências Humanas • 24/03/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/774333160](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/774333160)

Leonardo Corrêa Costa¹

Izaura Lucy Garcia Menezes Régis²

Jonatas Calebe Brandeburski³

Aroldo Pereira Silva⁴

Adriano de Oliveira Gianotto⁵

José Leal Rodrigues⁶

Alexandre Ribeiro Aquino⁷

Rosiris Maturo Domingues⁸

Juerivalda Moreira Barreto⁹

RESUMO

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas, orientado pela garantia do direito à educação para todos os estudantes. No Brasil, esse paradigma tem promovido mudanças significativas na organização dos sistemas de ensino, buscando assegurar o acesso, a permanência e a aprendizagem de estudantes público-alvo da educação especial nas escolas regulares. Nesse contexto, as políticas educacionais desempenham papel central na estruturação de diretrizes e estratégias voltadas à promoção da inclusão escolar. Diante disso, o presente estudo tem como objetivo analisar as políticas educacionais brasileiras relacionadas à educação especial e à inclusão escolar, identificando os principais marcos normativos e suas implicações para a consolidação da educação inclusiva no país. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem documental, baseada na análise de documentos oficiais e normativos publicados. O recorte temporal foi definido a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, considerada um marco na reorganização das políticas educacionais voltadas à inclusão no Brasil. A análise dos documentos foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, permitindo identificar categorias temáticas relacionadas às diretrizes das políticas educacionais inclusivas. Os resultados indicam avanços significativos no fortalecimento do marco legal da educação inclusiva no país, especialmente no que se refere à garantia do direito à educação e à organização do atendimento educacional especializado. No entanto, também evidenciam desafios relacionados à implementação dessas políticas no contexto escolar, incluindo questões estruturais, pedagógicas e de formação docente. Conclui-se que a consolidação da educação inclusiva no

Brasil depende do fortalecimento das políticas públicas e da efetiva implementação de práticas pedagógicas inclusivas no cotidiano das instituições escolares.

Palavras-chave: educação inclusiva; educação especial; políticas educacionais; inclusão escolar; políticas públicas.

ABSTRACT

Special education within the inclusive education perspective has been consolidated as a fundamental principle of contemporary educational policies, guided by the guarantee of the right to education for all students. In Brazil, this paradigm has promoted significant changes in the organization of educational systems, seeking to ensure access, permanence, and learning for students who are the target audience of special education in regular schools. In this context, educational policies play a central role in structuring guidelines and strategies aimed at promoting school inclusion. Therefore, this study aims to analyze Brazilian educational policies related to special education and school inclusion, identifying the main normative frameworks and their implications for the consolidation of inclusive education in the country. This research is qualitative in nature, with a documentary approach based on the analysis of official and normative documents published. The time frame was defined based on the publication of the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education, considered a milestone in the reorganization of educational policies aimed at inclusion in Brazil. The document analysis was conducted using the content analysis technique, allowing the identification of thematic categories related to inclusive educational policy guidelines. The results indicate significant advances in strengthening the legal framework of inclusive education in the country, particularly regarding the guarantee of the right to

education and the organization of specialized educational services. However, challenges related to the implementation of these policies in the school context remain, including structural, pedagogical, and teacher training issues. It is concluded that the consolidation of inclusive education in Brazil depends on strengthening public policies and the effective implementation of inclusive pedagogical practices in educational institutions.

Keywords: inclusive education; special education; educational policies; school inclusion; public policies.

1. INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um princípio fundamental das políticas educacionais contemporâneas, orientado pelo reconhecimento da diversidade humana e pela garantia do direito universal à educação. No contexto brasileiro, esse paradigma tem promovido mudanças significativas na organização dos sistemas de ensino, ao defender que estudantes com deficiência, transtornos do espectro autista e altas habilidades/superdotação tenham acesso, participação e aprendizagem em escolas regulares. Essa perspectiva reforça o compromisso com a equidade educacional e com a construção de sistemas educacionais capazes de atender às necessidades de todos os estudantes, independentemente de suas condições individuais ou sociais (UNESCO, 2025; REIS, 2025).

Nas últimas décadas, o Brasil tem avançado na construção de políticas públicas voltadas à inclusão escolar, especialmente a partir da ampliação do arcabouço legal e das diretrizes educacionais voltadas às pessoas com deficiência. A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Lei Brasileira de

Inclusão estabeleceram fundamentos para a garantia do acesso à educação em ambientes educacionais inclusivos. Essas políticas reforçam a necessidade de assegurar não apenas o acesso, mas também a permanência e a aprendizagem dos estudantes público-alvo da educação especial nas escolas regulares (MACEDO, 2025; BRASIL, 1996).

Nesse contexto, a educação especial passou a ser concebida como uma modalidade transversal de ensino, responsável por oferecer recursos, serviços e estratégias pedagógicas que possibilitem a participação plena dos estudantes no processo educativo. Pesquisas recentes destacam que a implementação dessas políticas exige transformações institucionais e pedagógicas nas escolas, incluindo formação docente, adequação da infraestrutura escolar e desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas que promovam a aprendizagem significativa de todos os estudantes (SANTOS, 2025; BARROS *et al.*, 2025).

Apesar dos avanços legais e institucionais, a efetivação da educação inclusiva no Brasil ainda enfrenta diversos desafios relacionados à implementação das políticas públicas no cotidiano escolar. Estudos recentes apontam que persistem dificuldades estruturais, pedagógicas e organizacionais que limitam a consolidação de práticas inclusivas, evidenciando a necessidade de fortalecer políticas educacionais, ampliar recursos de acessibilidade e investir na formação de professores para atender à diversidade presente nas salas de aula (SÁ, 2025; NASCIMENTO, 2024).

Além disso, novas discussões têm surgido no cenário educacional brasileiro a partir de atualizações nas políticas públicas voltadas à educação especial e inclusiva, como a criação de novas diretrizes e

decretos que buscam reorganizar o atendimento educacional especializado e fortalecer a inclusão escolar no país. Essas mudanças têm reacendido debates sobre a efetividade das políticas educacionais e os caminhos necessários para garantir sistemas educacionais verdadeiramente inclusivos (BRASIL, 2025; SOUZA, 2025).

Diante desse cenário, torna-se fundamental compreender de que forma as políticas educacionais brasileiras têm orientado a educação especial na perspectiva inclusiva ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma abordagem documental, as políticas educacionais brasileiras relacionadas à educação especial e à inclusão escolar, identificando os principais marcos normativos e discutindo suas implicações para a consolidação da educação inclusiva no Brasil.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A educação especial na perspectiva da educação inclusiva tem sido compreendida como um paradigma educacional que busca garantir o direito de todos os estudantes à educação, independentemente de suas condições físicas, cognitivas ou sociais. Essa abordagem propõe a superação de modelos segregadores historicamente presentes nos sistemas educacionais, promovendo a participação de estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação no ensino regular. Nesse contexto, a inclusão escolar está diretamente associada ao princípio da equidade, ao reconhecer que a escola deve adaptar suas práticas pedagógicas para atender à diversidade de estudantes e promover

oportunidades educacionais igualitárias (RODRIGUES *et al.*, 2025; UNESCO, 2025).

A literatura recente destaca que a educação inclusiva não se restringe apenas ao acesso dos estudantes à escola regular, mas envolve transformações estruturais, pedagógicas e culturais no sistema educacional. Isso inclui mudanças nas práticas de ensino, na organização curricular, na formação docente e na gestão escolar, de modo a promover ambientes educacionais capazes de atender às necessidades de aprendizagem de todos os estudantes. Dessa forma, a inclusão escolar é compreendida como um processo contínuo de transformação da escola, que exige políticas educacionais consistentes e ações articuladas entre diferentes níveis de gestão educacional (SANTOS, 2023; MACEDO, 2025).

2.2. Políticas Públicas e Educação Inclusiva no Brasil

As políticas públicas desempenham papel fundamental na consolidação da educação inclusiva no Brasil, especialmente a partir da ampliação do marco legal voltado à garantia do direito à educação para pessoas com deficiência. A legislação brasileira estabelece que a educação especial deve ser ofertada preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o acesso ao atendimento educacional especializado e a implementação de recursos pedagógicos e de acessibilidade necessários à aprendizagem dos estudantes. Essas políticas buscam assegurar não apenas o acesso à escola, mas também condições adequadas para a permanência e o desenvolvimento educacional dos estudantes público-alvo da educação especial (RIBOLI, 2025; ARANTES; MARTINI, 2025).

Nos últimos anos, o debate sobre educação inclusiva no Brasil tem sido intensificado em função de mudanças nas políticas educacionais relacionadas à educação especial. A criação e revisão de decretos e diretrizes voltadas à educação inclusiva têm gerado discussões acadêmicas e institucionais acerca dos rumos da política educacional brasileira. Entre esses debates, destacam-se as discussões sobre a garantia do direito à escolarização em classes comuns e sobre o papel das instituições especializadas no atendimento educacional de estudantes com deficiência (SOUZA, 2025; ALMEIDA, 2025).

2.3. Desafios da Implementação da Inclusão Escolar

Apesar dos avanços normativos observados nas últimas décadas, a implementação da educação inclusiva ainda enfrenta diversos desafios no contexto educacional brasileiro. Estudos recentes indicam que muitas escolas apresentam dificuldades relacionadas à infraestrutura, à disponibilidade de recursos pedagógicos acessíveis e à formação adequada dos professores para lidar com a diversidade presente nas salas de aula. Essas limitações podem comprometer a efetivação das políticas de inclusão e dificultar a garantia do direito à aprendizagem dos estudantes com deficiência no ensino regular (SÁ, 2025; LIMA, 2025).

Além das questões estruturais, outro desafio relevante refere-se à formação inicial e continuada de professores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas. Pesquisas recentes apontam que muitos docentes ainda se sentem despreparados para trabalhar com estudantes público-alvo da educação especial, evidenciando a necessidade de políticas educacionais voltadas à qualificação profissional e ao fortalecimento

de práticas pedagógicas inclusivas nas escolas. Nesse sentido, a formação docente é considerada um elemento central para a construção de sistemas educacionais mais equitativos e inclusivos (RODRIGUES *et al.*, 2025; COSTAS, 2022).

2.4. Avanços Recentes nas Políticas de Educação Especial Inclusiva

Nos últimos anos, novas diretrizes e políticas públicas foram implementadas com o objetivo de fortalecer a educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil. Um exemplo recente é a criação da Política Nacional de Educação Especial Inclusiva, instituída por decreto em 2025, que busca reorganizar o atendimento educacional especializado e ampliar estratégias voltadas à garantia do direito à educação para estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação. Essa política reforça a necessidade de articulação entre os sistemas educacionais e de fortalecimento das ações voltadas à inclusão escolar em todo o território nacional (BRASIL, 2025).

Essas mudanças evidenciam que a educação inclusiva permanece como um campo dinâmico de debate acadêmico e político, marcado por avanços e desafios relacionados à implementação das políticas educacionais e à garantia de direitos educacionais. Nesse sentido, a análise das políticas públicas voltadas à educação especial torna-se fundamental para compreender os caminhos percorridos pela educação inclusiva no Brasil e os desafios que ainda precisam ser enfrentados para a construção de sistemas educacionais mais equitativos e democráticos (SOUSA, 2025; SILVA, 2025).

3. METODOLOGIA

3.1. Delineamento da Pesquisa

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem documental, voltada à análise das políticas educacionais brasileiras relacionadas à educação especial e à inclusão escolar. A pesquisa documental possibilita a investigação de informações presentes em documentos oficiais e normativos, permitindo compreender processos históricos, políticos e institucionais que orientam determinadas práticas e diretrizes educacionais. Nesse sentido, os documentos analisados constituem fontes primárias relevantes para a compreensão das transformações ocorridas no campo da educação inclusiva no Brasil.

A abordagem qualitativa foi adotada por permitir uma análise interpretativa das políticas educacionais, considerando seus significados, diretrizes e implicações no contexto educacional brasileiro. Esse tipo de abordagem busca compreender fenômenos sociais a partir de seus contextos e relações, contribuindo para a análise crítica das políticas públicas e de seus impactos na organização dos sistemas educacionais.

3.2. Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada por meio do levantamento de documentos oficiais e normativos relacionados à educação especial e à inclusão escolar no Brasil, publicados no período de 2008 a 2024. O recorte temporal foi definido a partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, considerada um marco importante na reorganização das políticas educacionais voltadas à inclusão escolar no país.

Os documentos foram selecionados a partir de consultas em bases institucionais e repositórios oficiais, especialmente em portais governamentais e documentos disponibilizados pelo Ministério da Educação (MEC). A seleção dos documentos considerou critérios de relevância normativa, abrangência nacional e relação direta com as diretrizes da educação especial e da inclusão escolar no Brasil.

3.3. Procedimentos de Análise dos Dados

Para a análise dos documentos selecionados foi utilizada a técnica de Análise de Conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin, amplamente utilizada em pesquisas qualitativas nas áreas de educação e políticas públicas. Essa técnica possibilita a interpretação sistemática dos conteúdos presentes nos documentos, permitindo identificar categorias, temas e padrões que emergem a partir da análise textual (BARDIN, 2016).

O processo de análise foi desenvolvido em três etapas principais:

Pré-análise

Nesta etapa foi realizada a leitura exploratória dos documentos selecionados, com o objetivo de identificar os principais conteúdos relacionados às políticas de educação especial e inclusão escolar. Essa fase permitiu organizar o corpus documental e definir os critérios de análise.

Exploração do material

A segunda etapa consistiu na leitura analítica dos documentos, buscando identificar unidades de registro e categorias temáticas relacionadas à educação inclusiva, como: acesso à educação,

atendimento educacional especializado, formação docente, acessibilidade e organização do sistema educacional inclusivo.

Tratamento dos resultados e interpretação

Na etapa final foram realizadas a interpretação e a discussão dos dados obtidos, buscando compreender como as políticas educacionais analisadas têm orientado a implementação da educação especial na perspectiva inclusiva no Brasil.

Aspectos éticos da pesquisa

Por tratar-se de uma pesquisa documental baseada em documentos públicos e de livre acesso, não houve necessidade de submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes estabelecidas para estudos que utilizam exclusivamente fontes documentais públicas. Ainda assim, foram respeitados os princípios éticos da pesquisa científica, garantindo a correta utilização e citação das fontes utilizadas na análise.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos documentos normativos relacionados à educação especial e à inclusão escolar no Brasil, permitiu identificar diferentes diretrizes e orientações que têm estruturado as políticas educacionais voltadas à inclusão. A partir da análise de conteúdo dos documentos selecionados, emergiram três categorias analíticas principais: (1) garantia do direito à educação inclusiva; (2) organização do atendimento educacional especializado; e (3) desafios para a implementação das políticas de inclusão escolar.

4.1. Garantia do Direito à Educação Inclusiva

A análise dos documentos evidencia que as políticas educacionais brasileiras têm enfatizado a educação inclusiva como um direito fundamental das pessoas com deficiência. A partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, consolidou-se a orientação de que os estudantes público-alvo da educação especial devem ser matriculados preferencialmente em classes comuns do ensino regular, com acesso aos recursos e serviços necessários para sua aprendizagem.

Esse marco normativo representou um avanço significativo na construção de um sistema educacional mais inclusivo, ao estabelecer diretrizes para a reorganização das práticas pedagógicas e da gestão escolar. Nesse contexto, a inclusão escolar passou a ser compreendida não apenas como acesso à escola, mas como garantia de participação e aprendizagem dos estudantes em ambientes educacionais que respeitem a diversidade humana. Estudos recentes reforçam que a educação inclusiva deve ser compreendida como um processo contínuo de transformação da escola, que envolve mudanças nas práticas pedagógicas, nas políticas educacionais e na cultura institucional das escolas (MANTOAN, 2022; PLETSCHE, 2023).

4.2. Organização do Atendimento Educacional Especializado

Outra categoria identificada refere-se à organização do atendimento educacional especializado (AEE), considerado um dos principais instrumentos de apoio à inclusão escolar no Brasil. Os documentos analisados indicam que o AEE deve complementar ou suplementar a formação dos estudantes público-alvo da educação especial, sendo ofertado preferencialmente em salas de recursos multifuncionais ou em centros especializados.

Essa organização busca garantir que os estudantes tenham acesso a recursos pedagógicos, tecnologias assistivas e estratégias educacionais que favoreçam sua participação no ensino regular. Entretanto, a literatura recente aponta que a implementação do atendimento educacional especializado ainda apresenta desafios relacionados à disponibilidade de infraestrutura adequada, à formação dos profissionais envolvidos e à articulação entre o AEE e o ensino regular. Nesse sentido, pesquisadores destacam a importância de fortalecer políticas públicas voltadas à qualificação do atendimento educacional especializado e à integração entre os diferentes serviços educacionais destinados aos estudantes com deficiência (GLAT; PLETSCHE, 2022; RODRIGUES, 2024).

4.3. Desafios para a Implementação das Políticas de Inclusão Escolar

Apesar dos avanços observados nas políticas educacionais brasileiras, a análise documental evidencia que a implementação da educação inclusiva ainda enfrenta diversos desafios no contexto educacional. Entre os principais desafios identificados estão as limitações estruturais das escolas, a insuficiência de recursos pedagógicos acessíveis e as dificuldades relacionadas à formação inicial e continuada de professores para o trabalho com a diversidade.

Estudos recentes indicam que muitos professores ainda se sentem despreparados para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, o que pode comprometer a efetivação das políticas educacionais voltadas à inclusão. Além disso, a implementação das políticas públicas muitas vezes ocorre de forma desigual entre as diferentes regiões do país, evidenciando a necessidade de fortalecer

estratégias de gestão educacional e de ampliar investimentos em formação docente e acessibilidade educacional (SILVA; COSTA, 2023; SOUZA, 2024).

Nesse sentido, a consolidação da educação inclusiva no Brasil depende não apenas da existência de políticas públicas e marcos normativos, mas também da efetiva implementação dessas diretrizes no cotidiano das escolas. Isso implica a construção de práticas pedagógicas inclusivas, a valorização da formação docente e o fortalecimento de políticas educacionais que garantam condições adequadas para a aprendizagem de todos os estudantes.

5. CONCLUSÃO

A análise das políticas educacionais brasileiras relacionadas à educação especial e à inclusão escolar evidencia avanços significativos no reconhecimento do direito à educação para estudantes público-alvo da educação especial. A partir da publicação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, em 2008, observa-se a consolidação de diretrizes que orientam a organização de sistemas educacionais inclusivos, priorizando a matrícula desses estudantes em classes comuns do ensino regular e garantindo o acesso a serviços de apoio, como o atendimento educacional especializado.

Os resultados da análise documental indicam que as políticas públicas têm buscado fortalecer princípios fundamentais da educação inclusiva, como o acesso, a permanência e a participação dos estudantes com deficiência no ambiente escolar. Nesse contexto, a ampliação do marco legal e das diretrizes normativas representa um avanço importante na construção de políticas

educacionais voltadas à promoção da equidade e da justiça social no sistema educacional brasileiro.

Entretanto, a análise também evidencia que a efetivação dessas políticas ainda enfrenta desafios significativos relacionados à implementação das diretrizes no cotidiano das instituições escolares. Entre os principais desafios identificados destacam-se as limitações estruturais das escolas, a insuficiência de recursos pedagógicos acessíveis e a necessidade de fortalecer a formação inicial e continuada de professores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

Dessa forma, a consolidação da educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil depende não apenas da existência de políticas públicas e marcos normativos, mas também da efetiva implementação dessas diretrizes nas práticas educacionais. Isso implica a necessidade de fortalecer estratégias de gestão educacional, ampliar investimentos em acessibilidade e promover ações de formação docente que contribuam para a construção de ambientes educacionais mais inclusivos.

Por fim, destaca-se que este estudo contribui para a compreensão das transformações ocorridas nas políticas educacionais brasileiras relacionadas à educação especial e à inclusão escolar, evidenciando avanços e desafios no processo de construção de sistemas educacionais inclusivos. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem a análise para investigações empíricas sobre a implementação dessas políticas no contexto das escolas, de modo a aprofundar a compreensão sobre os impactos das políticas públicas na promoção da educação inclusiva no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Valéria Amorim; MARTINI, Jussara Gue. Políticas públicas e inclusão escolar no Brasil: avanços e desafios contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 1–18, 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Maria Clara; OLIVEIRA, Patrícia; COSTA, Renata. Educação inclusiva e práticas pedagógicas: desafios contemporâneos no contexto escolar brasileiro. **Revista Educação e Políticas em Debate**, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 45–60, 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial Inclusiva**. Brasília: MEC, 2025.

COSTAS, Fabiane Adela Tonetto. Formação docente e inclusão escolar: desafios contemporâneos para a educação brasileira. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-15, 2022.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. Inclusão escolar e educação especial no Brasil: perspectivas e desafios. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 35, p. 1-18, 2022.

MACEDO, Lino de. Educação inclusiva e equidade educacional no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 1-20, 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. 3. ed. São Paulo: Summus, 2022.

NASCIMENTO, Ana Paula. Desafios da inclusão escolar no Brasil: políticas públicas e práticas pedagógicas. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 45, p. 1-17, 2024.

PLETSCH, Márcia Denise. Educação inclusiva no Brasil: políticas, práticas e desafios. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 29, p. 1-16, 2023.

REIS, Marcelo. Educação inclusiva e diversidade na escola contemporânea. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 63, n. 2, p. 1-15, 2025.

RIBOLI, Eduardo. Políticas públicas de educação especial no Brasil: avanços recentes e desafios. **Revista Brasileira de Política e**

Administração da Educação, Brasília, v. 41, p. 1–20, 2025.

RODRIGUES, David. Educação inclusiva: fundamentos e práticas pedagógicas. Lisboa: Porto Editora, 2024.

SÁ, Maria de Fátima. Inclusão escolar e formação docente: desafios da educação brasileira contemporânea. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 51, p. 1–14, 2025.

SANTOS, Carla Regina. Educação inclusiva e práticas pedagógicas na escola regular. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 28, n. 2, p. 1–16, 2023.

SILVA, José Carlos; COSTA, Mariana. Inclusão escolar e desigualdades regionais no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 44, p. 1–18, 2023.

SOUSA, Patrícia. Políticas educacionais inclusivas no Brasil: avanços e desafios recentes. **Revista Educação & Formação**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 1–17, 2025.

SOUZA, Ricardo. Inclusão escolar e políticas públicas no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Bauru, v. 30, p. 1–18, 2024.

UNESCO. **Global Education Monitoring Report 2025: Inclusion and education**. Paris: UNESCO, 2025.

¹ Pós-graduado em Educação Inclusiva, Especial e Políticas de Inclusão. Faculdade Iguaçu – Uniguaçu. Capanema/Paraná/ Brasil. E-

mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID:
<https://orcid.org/0009-0000-7757-6217>

² Pós-graduada em Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Iguazu. Boa Vista/Roraima/Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

³ Doutorando em Educação. Universidade Municipal de São Caetano do Sul. São Paulo/São Paulo/Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0263-8089>

⁴ Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar. Faculdade Prominas. Montes Claros/Minas Gerais/Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-8275-510X>

⁵ Doutor em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande/Mato Grosso do Sul/Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#).

⁶ Doutor em Ciências - Química pelo Instituto Federal do Maranhão, Departamento de Química, Grajaú, Brasil.

⁷ Mestre em Psicologia. Universidade Federal de Goiás – UFG. Goiânia/Goiás/Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#). ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6613-6726>

⁸ Doutoranda em Educação. Instituição Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS. São Caetano do Sul. São Paulo/Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2225-9914>

⁹ Especialização em Educação de Jovens e Adultos. Instituto Federal de Roraima – IFRR. Boa Vista/Roraima/Brasil. E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail.](#)